

ACORDÃO ■ PSDB promete livrar senador de cassação

Absolvição de Azeredo salva mandato de Renan

Leandro Mazzini

■ BRASÍLIA. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente licenciado do Senado, segue à risca a máxima criada na cidade comandada pelo filho em Alagoas: "Em Murici, cada um cuida de si". E o político alagoano tratou de cuidar de seu futuro sem precisar de aliados, que nem sempre o são. Decidiu renunciar ao cargo depois de um acordo fechado no dia 15 de outubro, numa conversa que envolveu caciques do PSDB. Os tucanos, cuja bancada tem 13 nomes, hoje são fiéis da balança no Senado para votações importantes. Comprometeram-se a ajudar Renan a salvar o mandato, desde que deixasse a cadeira. O senador aceitou. Mas o partido cobrou ainda outro preço, que foi pago oito dias depois: o arquivamento da denúncia do PSOL contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), no caso do famigerado "mensalão mineiro".

No dia 23, a Mesa Diretora arquivou o pedido de investigação protocolado pelo PSOL. A presidente do partido, a ex-senadora Heloisa Helena, havia comparecido ao Senado para fazer barulho. Em vão. Mesmo com todo o cuidado na sustentação da denúncia, os socialistas esbarrraram no acordo que salvou Renan. No acordão, o senador não deixou barato e também cobrou um preço. O próximo presidente da Casa deve ser um nome indicado por ele. A

sucessão vai acontecer antes de a CPMF entrar em pauta.

A negociação envolveu o líder da bancada no Senado, Arthur Virgílio (PSDB-AM), que foi procurado pelo senador João Tenório (PSDB-AL) e pelo governador de Alagoas, Teotônio Vilela (PSDB), estes dois aliados "parquiais" de Renan e credenciados por ele para fazer o acordo. Virgílio nega veementemente.

– É uma avaliação equivocada a ligação com o caso do Azeredo.

Mas, nos bastidores, as conversas denunciam a negociação.

– A cassação é uma punição exagerada. A renúncia é suficiente – confidenciou Virgílio a um tucano de alta plumagem.

Agora, basta Renan se afastar definitivamente do cargo que o PSDB, com a ajuda dos governistas, vota a favor dele nos processos que podem chegar ao plenário – se chegarem. Renan é alvo de quatro investigações no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Tudo combinado para salvar Renan, mas desde que o voto seja secreto. Daí a demora da Casa em analisar as propostas de voto aberto, para casos como este. Depois da repercussão negativa sobre a absolvição de Renan no primeiro caso – o da suspeita de usar lobista para pagar pensar a Mônica Veloso – ninguém quer se arriscar a livrar o senador em voto declarado.

Eduardo Azeredo nem toca no

assunto. No dia do arquivamento do processo, circulava contente pelo plenário. O senador evita comemorar porque, apesar de ter escapado no Senado, pode ainda ser alvo do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, prestes a denunciá-lo ao Supremo Tribunal Federal pelo mensalão mineiro, em que teria usado caixa 2 na campanha à reeleição pelo governo de Minas em 1998.

Enquanto isso, o PSDB move-se na surdina para cumprir o acordo. A absolvição de Azeredo livrou o partido de constrangimento pelo menos no Senado. Caberá também ao PMDB, cuja maioria da bancada ainda é liderada por Renan, somar-se a aliados da coalizão para o acordo vingar. Renan tem hoje o apoio de 14 senadores dos outros 19 do partido. No PDT, a indecisão declarada de Jefferson Péres (AM), relator do terceiro processo contra Renan – sobre os casos da compra de rádios com uso de laranjas em Alagoas – mostra que o trato pode dar certo.

– Hoje, não sei se se peço a condenação ou a absolvição de Renan – tem dito Péres.

O senador ainda aceitou ouvir quatro testemunhas de defesa de Renan, no conselho, na quarta-feira. Um apelo feito pelo senador em sua defesa.